

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JACKSON GOMES PINHEIRO

**MÍDIA PAULISTA E POLÍTICA: COBERTURA DO JORNAL O ESTADO DE SÃO
PAULO A ACONTECIMENTOS MARCANTES DO SEGUNDO GOVERNO
VARGAS**

Brasília

2019

Jackson Gomes Pinheiro

**MÍDIA PAULISTA E POLÍTICA: COBERTURA DO JORNAL O ESTADO DE
SÃO PAULO A ACONTECIMENTOS MARCANTES DO SEGUNDO GOVERNO
VARGAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a
obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Albene Miriam
Menezes Klemi

Brasília

2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha irmã, Amanda Gomes Pinheiro. Sem sombra dúvidas, o seu apoio incondicional e seu carinho nos momentos mais sensíveis tornaram a minha trajetória nesta segunda Graduação mais proveitosa. Obrigado por sempre me lembrar que paciência é a chave para alcançar quaisquer dos meus objetivos e que tudo necessita de um começo e de um fim.

Agradeço também ao meu pai e a minha mãe. Apesar da resistência no começo, vocês apoiaram cada passo desta nova empreitada, além de enxergarem que o curso de História foi um propulsor de esperanças no meu caminhar. Cito ainda minhas amigas, Amanda, Luma, Jessica, Rebecca, Manu, Thais, Laura, Érica Mai, Mandy, Eve, Julinha, Gabi, Louize e as minhas grandes apoiadoras no MinC: Jessica, Adriana, Isadora, Miriam e Bernadete, que, em certa ou extensa medida, acompanharam este novo desafio e me encheram de amor, felicidade e força. Cito ainda alguns anjos do curso de História que me acolheram bem como: Ana Beatriz, Vitória, Juliana e Misha.

Agradeço também a Professora Albene pelos conselhos, pelos incentivos, pela preocupação e pelo tempo dedicado, mesmo em momentos delicados. Este artigo tem muito de você! Espero que, de alguma forma, represente o construtivo período que passamos juntos.

Por fim, agradeço ao Departamento de História da Universidade de Brasília e a uma parcela significativa de seu corpo docente, que me apresentou novos desafios e propiciaram uma experiência única na minha trajetória. História para mim, além de ser campo de inúmeras vozes, verdades, vivências e questionamentos, é também esfera de constantes descobertas, dúvidas e paixão.

MÍDIA PAULISTA E POLÍTICA: COBERTURA DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO A ACONTECIMENTOS MARCANTES DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS¹.

Jackson Gomes Pinheiro

RESUMO

O artigo analisa a cobertura do jornal “O Estado de São Paulo” (ESP) a acontecimentos marcantes nos anos de 1950 até 1955 a partir de representações da figura do Presidente Getúlio Vargas e de seu corpo político-administrativo. A historiografia registra que a primeira metade da década de 1950 é ilustrativa de uma situação de crise. Traço marcante desse período foi, também, a polarização em torno de lógicas desenvolvimentista não nacionalista e desenvolvimentista nacionalista, tendência esta esposada pelo governo. A literatura pesquisada considera a imprensa como um dos principais atores do contexto político e um dos focos da mencionada “situação de crise”. Nesse período, a chamada Grande Imprensa concentrava-se no Rio de Janeiro, e em menor escala em São Paulo. Esses órgãos de imprensa fizeram forte oposição à candidatura e posteriormente ao governo de Getúlio Vargas, de forma mais intensa a partir de 1953, culminando nos trágicos acontecimentos de 1954 que levaram Vargas ao suicídio. Utiliza-se o ESP como fonte e objeto de pesquisa. A natureza da pesquisa é qualitativa. A abordagem do tema pauta-se em análise de manchetes, colunas e matérias do ESP, material levantado no Acervo digital do matutino em foco, como também em fonte bibliográfica. Utiliza-se como referencial teórico a Nova História Política. A partir desta pesquisa, constatou-se que o ESP adotou postura oposicionista ao Governo e utilizou-se de representações negativas em relação a Vargas e ao seu corpo político-administrativo com o intuito de desestabilizar o seu segundo mandato (1951–1954) e a sua imagem enquanto Presidente e indivíduo. Logo, a posição do ESP diante dos acontecimentos do período visava a manutenção de uma democracia e o atendimento de ideias liberais e capitalistas com um mercado aberto aos interesses de empresas internacionais. O ESP, assim como a Grande Imprensa brasileira, não foi objetivo, neutro, ou mero veículo de informação. Pelo contrário: ele teve papel preponderante na manipulação de interesses e também de intervenção na vida política e social do País.

PALAVRAS-CHAVE

Segundo Governo Vargas. Jornal O Estado de São Paulo. Representações de Getúlio Vargas.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, orientado pela Professora Dra. Albene Miriam Menezes Klemi.

INTRODUÇÃO

A primeira metade da década de 1950, segundo Maria Celina Soares D'Araújo (1992) é ilustrativa de uma situação de crise. Observa essa autora que, mesmo sob essa circunstância, o governo Vargas era muito produtivo, e mesmo não contando com uma coalizão governamental estável no parlamento, vários projetos importantes foram aprovados. Traço marcante desse período foi, também, a polarização em torno de pensamentos desenvolvimentista não nacionalista e desenvolvimentista nacionalista, tendência esta esposada pelo governo. Autores como Sodré (1994) e Ribeiro (2003), consideram a imprensa como um dos principais atores do contexto político e um dos focos da mencionada “situação de crise”. A chamada grande imprensa do período em foco concentrava-se no Rio de Janeiro, Capital Federal, e em menor escala em São Paulo. Esses órgãos de imprensa fizeram forte oposição à candidatura e posteriormente ao governo de Getúlio Vargas, de forma mais intensa a partir de 1953, culminando nos trágicos acontecimentos de 1954 que levaram Vargas ao suicídio.

A construção da imagem política de presidentes, assim como a percepção, em forma de texto, dos seus mandatos, ações e a organização da estrutura político-institucional do seu corpo ministerial são tipos de instrumentos utilizados pela imprensa para exprimir opiniões, atingir públicos-alvo e também podem ter o intuito de impactar os acontecimentos a fim de atender interesses próprios. Capelato e Prado (1980), por exemplo, ressaltam que a imprensa do Brasil não foi objetiva, neutra, isolada da realidade ou mero veículo de informação. Pelo contrário, essa teve papel preponderante na manipulação de interesses e também na intervenção da vida social. Ou seja, o comportamento da imprensa de manipulação da opinião pública é elemento recorrente no cenário nacional, sendo as coberturas de oposição aos governos bastante ferrenhas em períodos de maior liberalização política e as coberturas pró Situação mais presentes em governos autoritários e ditatoriais.

Com base no panorama apresentado acima, o presente trabalho visa analisar as representações² de Getúlio Vargas elaboradas pelo jornal “O Estado de São Paulo” (ESP, também denominado Estadão) em suas manchetes, notícias, estruturas e discursos com o

² Neste artigo, entende-se que representação está diretamente ligada à produção de sentidos que auxiliam a edificar a realidade, orientando práticas sociais e reconhecendo (ou não) identidades sociais (CHARTIER, 1990).

objetivo de responder o seguinte questionamento: o ESP utilizou-se de representações negativas em relação a Vargas (e ao seu corpo político-administrativo) com o intuito de desestabilizar o seu Segundo Mandato (1951 – 1954) e a sua imagem enquanto Presidente e indivíduo?

O marco político temporal de pesquisa estende-se de 1950 até 1955, anos que abarcaram a candidatura de Getúlio Vargas para a Presidência da República do Brasil até a gestão do vice-presidente Café Filho, que assumiu o Executivo em consequência dos desdobramentos políticos e sociais decorrentes do suicídio de Vargas em 1954. Ressalta-se ainda que o artigo se ancora na abordagem da Nova História Política como eixo teórico, seguindo, particularmente concepções de estudos de René Remond (1997) e também na lógica da Cultura Política, que realça a importância do papel das representações, das tradições e dos comportamentos como elementos para a compreensão historiográfica, assim como a existência de culturas políticas em seu caráter plural, sendo essas dependentes da temporalidade, da sociedade, dos governantes e da própria cultura em que o objeto está inserido. Logo, tal abordagem tem propósito evolutivo e a análise histórica não é somente vista na lógica de uma figura central, mas também leva em conta os pensamentos e concepções políticas compartilhados e difundidos pelas sociedades no decorrer do tempo (BERNSTEIN, 1998, p. 349 – 363).

METODOLOGIA

Para a análise da fonte “O Estado de São Paulo” e a elaboração do artigo utilizou-se do método de pesquisa qualitativa, visando à coleta de novas interpretações e também de interpretações complementares a bibliografia já existente sobre Vargas e imprensa (GODOY, 1995). A pesquisa de o ESP foi realizada no seu Acervo digital, disponível online para assinantes.

Para balizar o levantamento no periódico, elaborou-se uma linha do tempo. A partir da relevância identificada em parte da bibliografia, foram priorizados os seguintes acontecimentos: a eleição de Vargas em 1950, a posse de Vargas e o discurso da oposição alegando ilegalidade nesse evento, a Conferência de Chanceleres Americanos (1951), a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952), a Greve dos 300 mil trabalhadores (1953), a Reforma Ministerial e nomeação de João Goulart como Ministro do Trabalho (1953), a CPI do Última Hora (1953) o aumento do salário mínimo em 100% (1954), o atentado da Rua Toneleiros e as tentativas de impeachment a Vargas (1954), o Manifesto dos Coronéis (1954), a República do Galeão (1954), o suicídio do

Presidente (1954) e as menções a Vargas no processo eleitoral que culminou na vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart (como Presidente e Vice-Presidente do Brasil, respectivamente, em 1955). Dessa forma, as datas dos eventos citados nortearam a consulta da fonte de imprensa.

Realizou-se, a partir dos acontecimentos selecionados, uma análise detalhada das notícias tendo como base uma planilha elaborada pelo autor composta pelas seguintes colunas: data, nome da seção (geralmente as notícias sobre Vargas estavam presentes nas seções “O Momento Político”, “Notas e Informações” e na última página do jornal), número da página e da coluna, manchete, autor (quando possui), tamanho da notícia, resumo do conteúdo da notícia e relevância da notícia para o projeto. Em relação ao tamanho da notícia, essa foi classificada em “P”, “M” e “G”, sendo “P” a notícia estruturada em uma ou duas colunas, “M” como notícia ocupando três ou quatro colunas e “G” com notícia ocupando uma página inteira do jornal ou a disposição de várias notícias tratando de uma mesma temática, mas com diferentes panoramas.

No que tange a relevância, classificou-se as notícias em três níveis: “baixa relevância”, quando o jornal não cita Getúlio Vargas ou o seu governo, mas contempla data da aludida linha do tempo; “média relevância”, quando menciona Getúlio Vargas ou o seu governo, mas o conteúdo da notícia é raso/superficial; “alta relevância”, quando contempla Vargas ou seu governo, relata um panorama e tem importância para a compreensão dos acontecimentos e em “altíssima relevância”, quando contempla os pontos tratados pela “alta relevância”, além de mostrar uma opinião do jornal sobre determinado tema, cenário ou política e/ou apresentar alguma qualificação da figura de Getúlio ou de membros de seu estafe administrativo e/ou apresentar manipulação de fatos e/ou criar representações.

Para situar o periódico em foco no cenário da mídia impressa do período, esboçou-se breve contextualização acerca das mudanças na imprensa na década de 50 e, em particular, n’ O Estado de São Paulo”. Nessa década, a imprensa passou por uma transformação em boa parte das nações ocidentais. O jornalismo político-literário perdeu força, dando lugar ao chamado jornalismo empresarial. Esse novo modelo buscava dar maior enfoque a informação, transmitida, presumidamente, de forma objetiva e impessoal, separando as partes de opinião e de editorial. Logo, o jornalismo empresarial visava construir uma imagem de “transmissor de verdades”, um “espelho da realidade”. (RIBEIRO, 2003).

Essa mudança iniciou-se nos Estados Unidos, com a imposição de regras rígidas de estruturação do texto e de linguagem, o que reduzia o número de palavras, de páginas e o teor de complexidade no conteúdo. Esse ainda buscava ser mais direto e impactante em detrimento de um jornalismo emotivo e tendencioso. Para isso, foram impostas regras como o uso da terceira pessoa, o uso verbal, preferencialmente, no indicativo, a exclusão de adjetivos, de subjetividade e dos pontos de exclamação e reticências. Além disso, foram utilizadas técnicas inovadoras como o *lead* (construção textual por meio de indagações de *quê? como? por quê? quando? onde?*) e a pirâmide invertida (ao invés da linearidade do conteúdo, dava-se prioridade ao que é considerado primordial logo no início do texto). Os detalhes do acontecimento vêm logo abaixo do que é prioritário. Ocorreram ainda mudanças nas equipes jornalísticas, que se tornaram mais profissionalizadas, não só em *know how*, mas também em representatividade, devido à presença de sindicatos e associações de defesa da categoria. Além disso, essas se tornaram mais heterogêneas, já que a publicidade, os anúncios e o monitoramento da escrita demandavam profissionais de diferentes áreas fins, tais como da publicidade. Esse modelo visava atender principalmente a demanda de um mercado consumidor de massas, em uma realidade moderna marcada pela rapidez, tanto em aspectos de consumo, como também de produção (RIBEIRO, 2003).

As transformações mencionadas acima também reverberaram na imprensa brasileira. O Diário Carioca foi o primeiro a adotar o modelo das técnicas norte-americanas e também a instituir uma equipe de *copy-desk*: redatores responsáveis por revisar e até reescrever as matérias a fim de conceber uma unidade de estilo. É necessário destacar ainda que o jornalismo brasileiro também adotou preocupações com o design. A primeira página do jornal passou a ser considerada vitrine, com base no princípio da funcionalidade. Utilizou-se ainda do conceito de fotojornalismo, visando fornecer ao leitor a sensação de flagrante e de foco instantâneo, o que possibilitava que o jornalista participasse cada vez menos da cena do acontecimento e que a fotografia também pudesse ser informativa (RIBEIRO, 2003).

Entretanto, no que tange a transmissão do conteúdo, é necessário ressaltar que a grande mídia nacional não deixou de ser política, mas passou a atuar de diferentes formas (RIBEIRO, 2007). Ou seja, a nova imprensa visava atender as demandas de oferta e consumo, do meio empresarial e também ampliar o seu público-alvo. Além disso, as interferências de grupos políticos de Oposição e da Situação foram essenciais para a construção de um mercado de imprensa nacional, o que não propiciou uma separação

drástica entre política e jornalismo (RIBEIRO, 2003). O ESP acompanha tais transformações e, ao mesmo tempo, está envolto pela continuidade da influência política e de determinados grupos de interesse em sua redação.

RESULTADOS

O ESP pode ser caracterizado como um jornal consolidado historicamente, defensor de postulados liberais, como órgão de oposição aos governos, como modelador da opinião pública, além desse visar à consolidação do pensamento conservador oriundo das elites dominantes do país (CAPELATO; PRADO, 1980). O papel de oposição garantia-lhe uma imagem autônoma e independente dos governos. A imagem de independência visava promover a visão de um jornal crítico a Situação, fortalecendo, assim, os valores democráticos e liberais (CAPELATO; PRADO, 1980)

No caso do conflito entre imprensa e Getúlio Vargas, o posicionamento do jornal ganhava outros contornos movidos pelo ressentimento da imprensa pela figura política do Presidente devido as excessivas intervenções e as medidas autoritárias do Primeiro Governo Vargas na década de 30 e início da década de 40. A Revolução Constitucionalista (1932) em São Paulo é um dos eventos que motivou esse ressentimento: a insatisfação em relação aos desdobramentos da Revolução de 30 como a perda de espaço e de poder político das oligarquias paulistas se reverberou no conflito armado entre São Paulo e o Governo Provisório. O Governo de Vargas prevaleceu, mas as perdas humanas permaneceram no imaginário social dos paulistas (ABREU, 2011). Logo em seguida, é instaurado o Estado Novo, momento mais ferrenho da prática de abolição das liberdades de imprensa e de expressão. Diante dessa circunstância, a imprensa, a exemplo de O Estado de São Paulo, colocou-se contra a candidatura de Vargas e lhe fez ferrenha oposição no decorrer do seu mandato, a partir de construções de representações negativas do Presidente e de seu corpo político-administrativo. Com caráter opositor ao Segundo Governo Vargas, o periódico em tela visou gerar instabilidades no regime, pondo à prova a capacidade do Governo - e do próprio Presidente - em gerir o país visando o progresso e o atendimento das demandas liberais.

Em 1950, conforme análise de notícias dos meses de janeiro, março, abril e outubro, que brevemente tratam da formação dos arranjos partidários para os principais cargos do Executivo e o lançamento de candidaturas, o Estadão polarizou as candidaturas dos partidos políticos e de seus aspirantes a Presidência da República e a Vice-Presidência: enquanto Brigadeiro Eduardo Gomes e o seu partido - União Democrática

Nacional (UDN) recebiam uma cobertura jornalística positiva, chegando a obter matérias que ocupavam páginas inteiras no jornal, Getúlio Vargas, Ademar de Barros (do Partido Social Populista) e as agremiações Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) ganhavam enfoques negativos visando gerar desconfianças e descrédito em seus leitores em relação a estes.

Ressalta-se que o Estadão assumia em seu conteúdo o desejo pela vitória de Brigadeiro Eduardo Gomes por considerá-lo defensor da democracia e da força econômica e política de São Paulo, dos anseios liberais e por estar alinhado ao lado capitalista, numa geopolítica internacional marcada pela Guerra Fria e pelos embates indiretos entre União Soviética (URSS) e Estados Unidos (EUA). O PSD e suas lideranças eram considerados instrumentos manipulados pelo jogo político de Vargas, além de não apresentarem consensos sobre agendas políticas, sobre as propostas de Getúlio e do PTB que visavam à formação de apoio único ao Estadista e sobre quais nomes deveriam lançar para a corrida presidencial. Já Vargas, e consequentemente o PTB, eram considerados personagens defensores da demagogia. Getúlio Vargas também era constantemente mencionado no periódico como ex-ditador, alguém movido a interesses individuais, persuasivo e manipulador e os eleitores fiéis desse (queremistas) considerados massa de manobra, constantemente ludibriados pelo seu discurso personalista. Ilustrativamente, cita-se a *lead* do número de primeiro de abril de 1950 da seção “O Momento Político”:

O PSD continua indeciso, condicionando agora sua atitude à definição do governador de São Paulo – Adiada a reunião do Conselho Nacional – Os dirigentes pessedistas parecem dissuadidos de conseguir o beneplácito do ex-ditador para uma candidatura própria (...) (O Momento Político. in O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/04/1950, p. 3). (sic).

No dia 20 de abril de 1950, após a manchete da página 4, a partir da 5ª coluna, observa-se como na *lead* o Brigadeiro Eduardo Gomes é bem visto pelo periódico e chamado de notável democrata, assim como o corpo da notícia vaticina que o brigadeiro desta vez levará a melhor nas eleições daquele ano: “O brigadeiro desta vez porém levará a melhor porque a calúnia do “marmiteiro” [Getúlio Vargas] foi desmascarada pelos próprios trabalhadores” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1950, p. 4).

A vitória de Getúlio Vargas e de Café Filho na corrida para Presidência e Vice Presidência não cessou ou diminuiu a oposição do ESP, pelo contrário, essa foi contestada com o argumento de que os candidatos não alcançaram maioria absoluta dos votos. Coube ao Superior Tribunal Eleitoral determinar a legalidade da eleição. Após

formalização do resultado, o ESP, além de utilizar em suas matérias nomenclaturas como “demagogo”, “caudilho” e “ex-ditador”, declarou-se como Oposição ao novo governo e adotou o discurso de contínua vigilância às ações do ex-estadista, visando à continuidade do regime democrático, da liberdade de imprensa e a manutenção da ordem social, moral e econômica.

Quando o governo tomava decisões políticas no cenário internacional alinhadas às visões liberais e pró-capitalismo, como na Conferência de Chanceleres Americanos de 1951, o jornal creditava isso a figuras que estavam envolvidas diretamente nas ações, no evento citado, ao ministro José Neves da Fontoura. Por ocasião da mencionada Conferência, as notícias utilizavam palavras como “sentimento nacional” e enalteciam a aproximação entre Estados Unidos e a Nação brasileira, conforme pode ser visto, por exemplo, em notícia do dia 28 de março de 1951, na coluna “Notas e Informações”:

Não se pode negar que as palavras do sr. Ministro das Relações Exteriores traduzem o sentimento do povo brasileiro. Esse povo permanece fiel aos ideais por que se batem as republicas democráticas sob a chefia da América do Norte, ideais radicalmente incompatíveis com a doutrina moscovita de feição totalitária, propagada pela Ditadura de Moscou e imposta de maneira cruel a todos os países que abdicaram nas mãos daquela ditadura a independência nacional (A nossa política internacional. In O ESTADO DE SÃO PAULO, 28/03/1951 p. 3)

Entretanto, ainda em 1951, o ESP visou associar Getúlio Vargas com a *persona* de Juan Domingo Perón, candidato à reeleição como Presidente da República na Argentina. A relação próxima entre os dois atores políticos fortalecia a representação de Vargas como caudilho. Além disso, o jornal também enquadrava Perón e Vargas como figuras movidas a interesses particulares, utilizando até mesmo de ações autoritárias para conseguir seus objetivos. O caso do fechamento do jornal *La Prensa* na Argentina (mídia opositora de Perón), por exemplo, seria indicativo de que o Perón não havia abandonado seu perfil ditatorial, mesmo vigorando no país um regime democrático. Esta fundamentação do ESP também era vista como uma possibilidade de ação do Governo Vargas, ou seja, assim como Perón utilizou a censura para minar a atuação do *La Prensa*, Vargas não hesitaria em fechar as portas de empresas jornalísticas contrárias ao seu Governo. Provas desta lógica podem ser vistas na manchete “Realiza-se hoje na Argentina o pleito organizado pela Ditadura” (In. O ESTADO DE SÃO PAULO, 11/11/1951, p. 80) - e no *lead* ‘Espera-se a reeleição do ditador – “Não votar em Perón, é trair a pátria” (...)’ (In. O ESTADO DE SÃO PAULO, 11/11/1951, p. 80)

No ano de 1952, mesmo com políticas alinhadas ao viés ideológico do jornal, como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)

permanecem as representações “demagogo”, “caudilho” e “ex-Ditador” e a existência de uma personalidade manipuladora ao nominar Vargas nas matérias. É possível visualizar, por exemplo, que o jornal adota o discurso da UDN que fazia oposição ao Presidente para pressionar parlamentares em discussões acerca da exploração do petróleo brasileiro e da criação de empresa de Sociedade de Economia Mista – a Petrobrás, como em notícia do dia 21 de junho de 1952: “Declarou ainda o líder da maioria que a ideia monopolista sempre esteve implícita na ação do sr. Getúlio Vargas, que sempre se recusou a conceder a exploração do petróleo a qualquer empresa privada fosse estrangeira ou nacional.” (Ação do sr. Getúlio Vargas na questão do petróleo sempre foi monopolista. in O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/06/1952, p. 3).

Em 1953, a posição de oposição e leque de representações negativas a figura de Vargas e seu corpo político-administrativo ganham proeminência. É possível verificar esse fenômeno na cobertura de acontecimentos como: na Greve dos 300 mil, na Reforma Ministerial - que nomeia, dentre outros agentes, João Goulart como Ministro do Trabalho - e na Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) do jornal “Última Hora”.

No que tange a Greve dos 300 mil e as greves que se desdobraram com este movimento, o jornal adota uma postura equilibrada ao tratar da relação entre patrões e empregados no desenrolar dos acontecimentos. Contudo, culpa o Governo e, principalmente, Vargas pelas causas e pelo desenrolar dos acontecimentos. Segundo o periódico, a paralisação se deve a escassez das exportações, ao aumento do custo de vida e da inflação, que atingem mercadorias de primeira necessidade, afetando diretamente a classe trabalhadora. Essa situação seria consequência da política personalista varguista, da demagogia discursiva e das políticas econômicas adotadas pelo governo. Além disso, é mencionado no período a incapacidade do Presidente em dialogar e de conciliar interesses devido a falta de experiência com os ideais democráticos e ao seu passado como governante ditatorial. Conforme pode ser visto nos meses de março e abril de 1953, é afirmado que possivelmente setenta por cento da classe trabalhadora não pode enfrentar o custo de vida nas alturas por culpa da inépcia de Vargas e da cumplicidade de seus auxiliares. Publica-se que o governo promete, engana, ameaça e se obstina neste terreno de provocação e mentira, porque, na verdade, deseja o protesto dos trabalhadores.

Na reforma ministerial realizada em 1953, observa-se ataques constantes do periódico ao novo corpo político administrativo escolhido pelo Presidente, particularmente a nomeação de João Goulart ao Ministério do Trabalho. O Presidente e o novo Ministro são acusados de retomar a política revolucionária do Estado Novo, são

chamados de peronistas, acusados de desenvolver no Brasil um sistema de sindicalismo em detrimento do regime democrático, além de manipular as massas visando controle absoluto do País. Exemplos dessas caracterizações e acusações podem ser constatados na edição do ESP de 17 de junho de 1953:

Em artigo publicado com grande destaque na primeira página sob o título “Preparando o golpe”, o “Correio da Manhã” associa a remodelação do Ministério e sobretudo a investidura do sr. João Goulart no Ministério do Trabalho, à greve dos marítimos, que as 0 horas de hoje paralisou 80 mil trabalhadores, como sinal de uma maquinação oficial contra as instituições (...) Denuncia aquele matutino que o sr. João Goulart, presidente do PTB e comensal do sr. Getulio Vargas, residindo no Catete, se organizou para “assumir o comando das massas brasileiras e mobilizá-las para o “controle do poder” (Plano de direção das forças operárias para destruir o regime - Denúncias formuladas por um matutino carioca contra o grupo político chefiado por João Goulart. In. O ESTADO DE SÃO PAULO, 17/06/1953, p. 4)

Além disso, o Estadão ainda considera Vargas como anti paulista, visto que a mudança nos nomes das pastas na reforma ministerial foi considerada prejudicial a São Paulo. Na nova composição, São Paulo possui representantes titulares no Executivo Federal em apenas dois ministérios, o que é interpretado como uma medida de perseguição alimentada desde a Revolução Constitucionalista de 1932 e como uma forma de diminuir o poder político e a importância daquele estado na política e na economia nacional. Ou seja:

A remodelação do ministério do sr. Getulio Vargas terá tido várias causas e razões. Na realidade, porém, serviu acima de tudo, de pretexto e ocasião para que o imponente inimigo de São Paulo nos vibrasse um golpe que deve estar provocando remorsos em todos os paulistas que lhe deram o seu voto para presidente da República (...) Não aprendeu o caudilho gaúcho que o mal que se faça a São Paulo é mal feito ao Brasil (...). Contudo o sr Getulio Vargas prosseguirá na sua rota antipaulista e, para melhor atingir os seus desígnios, não demorará a chamar a si, como aliado e instrumento, o sr. A. de Barros (“Delenda São Paulo!” in O Estado de São Paulo, 17/03/1953, p. 3).

Ainda em 1953 ocorre a instauração de inquérito ao jornal “Última Hora”. O jornal, comandado por Samuel Wainer, foi considerado porta-voz do segundo governo varguista, sendo bem recebido pelo público, pelo mercado publicitário e ultrapassando as vendas das mídias concorrentes (MENDONÇA, 2008). Entretanto, a mídia oposicionista, como o ESP, e a pressão parlamentar udenista fizeram com que o jornal pró Situação fosse alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sendo Wainer acusado de receber dinheiro público oriundo do Banco do Brasil para estruturação e manutenção do seu jornal. O Governo também foi acusado de interferir nas investigações em favor do “Última Hora”. Com isso, o jornal enfrentou diversos problemas financeiros devido as saídas de anunciantes para outros jornais e o Governo, diante das pressões da oposição,

determinou a “execução imediata das dívidas da empresa perante o Banco do Brasil”. (MENDONÇA, 2008). O resultado da CPI apontou existência de irregularidades não somente nos empréstimos do Banco do Brasil ao jornal Última Hora, como também em todas as transações de créditos a empresas jornalistas em geral. (FGV/CEPEDOC. CPI da Última Hora, s.d.).

Em 1954, último ano de seu segundo mandato, a pressão da Grande Imprensa ganhou força devido a políticas como o aumento de 100% do salário mínimo e também ao Atentado da Rua Toneleiros. No mês de fevereiro desse ano, as políticas de ampliação do salário base geram mal estar em vários setores, com destaque para as Forças Armadas que lançam um manifesto solicitando, dentre outras demandas, a revisão da medida e mudanças nas pastas do Executivo Federal. O ESP, que nomeia a manifestação dos militares como “memorial” para o Ministro da Guerra e para o Presidente, utiliza o momento para afirmar que Vargas é culpado pelas crises políticas no contexto nacional, devido à imoralidade em seus atos de administração, às estratégias de manipulação adotadas pelo Governo, ao atendimento de ambições e demandas pessoais do próprio ex-ditador, a demagogia e à corrupção. Também se acusa o Governo de não ouvir a imprensa e o Congresso, elementos comprobatórios da herança ditatorial do Presidente. Esses fatores contribuíram, segundo o ESP, para a descrença da opinião pública no trabalho do chefe do Executivo e na conciliação dos interesses nacionais. Esses posicionamentos podem ser constatados, por exemplo, nas matérias “A gravidade da situação” e “As Dificuldades do Presidente”, veiculadas no dia 12 de agosto de 1954, na página 3 e na data de 20 de fevereiro de 1954, página 3, respectivamente.

Além disso, o aumento de 100% do salário mínimo também atinge a figura de João Goulart, considerado como alguém, junto com o Presidente, que busca transformar o País em um regime sindicalista, de promover inquietação social e de enganar as massas operárias. Eles também são representados como comunistas disfarçados no seio do regime democrático, conforme pode ser visualizado no trecho abaixo:

(...) Não podemos ser dirigidos por um governo democrata de rótulo, mas comunista de substância (...) É direito do Ministro do Trabalho e de seu chefe serem comunistas. O que lhes nega é o direito de serem comunistas, com disfarce democrático. Se querem ser comunistas, confessem-no lisamente e aguardem a reação. Essa dualidade de caras não a pode sofrer o sentimento nacional (...) (As realizações do Governo Federal. In: O ESTADO DE SÃO PAULO, 18/02/1954, p. 3).

Importante salientar o aparecimento do adjetivo comunista para qualificar as figuras de Vargas, de João Goulart e as medidas políticas voltadas ao âmbito social e

econômico. O Estado Novo de 1937 é instaurado por Vargas levando em consideração a ameaça de uma intervenção comunista provindo do Plano Cohen – documento forjado e atribuído à Internacional Comunista. Além disso, o Estado Novo perseguiu de forma constante manifestações de cunho comunista. Contudo, a partir de 1953, e com maior força em 1954, é possível observar que o ESP buscou associar Vargas e seu Governo a um projeto de regime sindicalista e comunista, que visava a emancipação das massas e o rompimento com a democracia.

O Atentado da Rua Toneleiros, que tem como consequências o assassinato do major Rubens Vaz e fere o inimigo “número um” de Vargas, Carlos Lacerda, é o estopim da crise político-institucional enfrentada pelo Segundo Governo varguista. O ESP é uma das grandes mídias que utilizam de intensas representações negativas para desestruturar o mandato presidencial vigente, mobilizar a opinião pública e solicitar o afastamento do Presidente, incentivando até mesmo a intervenção das Forças Armadas, que ocorre a partir da instauração da República de Galeão (ARAÚJO, 2018). Vargas é acusado de interferir nas investigações, de ser figura corrupta, de possuir criminosos em seu corpo de funcionários e de utilizar de mecanismos ditatoriais como da violência e de assassinatos para silenciar a oposição. Essas acusações podem ser constatadas, dentre outras, nas edições do dia 07 de agosto de 1954, particularmente na página 3.

Na semana que antecede o suicídio de Vargas, o ESP endossa posicionamentos acusatórios contra o presidente que asseveram que “está fora de dúvida a culpabilidade do presidente da República no crime político da Rua Toneleros, tornando-se, portanto, insustentável a posição do ex-ditador na chefia do Governo” (“A renúncia do pres. da República continua a ser o tema principal dos discursos no plenário.” O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/08/1954, p. 3).

Os elementos levantados vão ao encontro do argumento de Abreu e Lattman-Weltman (1994), que afirmam que a Grande Imprensa adotou, em diferentes graus, um padrão de cobertura sobre o Atentado. Para isso, eles dividiram a cobertura em quatro momentos: a primeira corresponde à fase de apresentação do incidente; a segunda é a fase de acusação ao Governo e, principalmente, ao Presidente; a terceira é a de articulação e apelo à renúncia de Vargas e a quarta etapa é a de imposição da renúncia ou deposição do chefe do Executivo (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994)

O suicídio de Vargas, em 1954, porém, modificou a cobertura da Grande Imprensa. Os jornais, bastante preocupados com a revolta popular, devido à comoção social provocada pelo acontecimento, buscaram: i) dar outros enfoques em suas

coberturas como a ascensão do Vice-Presidente Café Filho ao poder; ii) cobrir os acontecimentos de forma factível; iii) trazer conteúdos muito mais visuais como fotos da multidão comovida com o acontecimento, fotos de familiares, etc; ou iv) modificar e/ou amenizar a representação do Presidente Vargas, apresentando um novo retrato desse ao público – de vilão para figura honesta, patriota e até mesmo um estadista. (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994). No caso do ESP, não houve mudanças na estrutura do próprio jornal, que manteve a tradição de começar o periódico com a narração de notícias internacionais. Para a cobertura do suicídio do Presidente, o Estadão deu voz a opiniões e depoimentos sobre a figura de Vargas e mostrou, a repercussão internacional diante do acontecimento, conforme pode ser visualizado nas imagens abaixo:

Imagem 1: captura de tela contendo a primeira página do jornal “O Estado de São Paulo no dia 25 de agosto de 1954



Fonte: Acervo Estadão (2019)

Imagem 2: captura de tela do jornal "O Estado de São Paulo" no dia 25 de agosto de 1954, p. 2



Fonte: Acervo do Estadão (2019)

Por fim, em 1955, no período eleitoral que elege Juscelino Kubitschek (JK), do PSD, para a Presidência da República e João Goulart (do PTB) para a Vice Presidência, o ESP dedica-se a deteriorar a imagem de Jango para o cargo, lembrando que esse é ligado aos regimes peronistas e a um projeto de sindicalização das massas. Já Vargas ainda é mencionado como figura demagoga e que visava à conquista do povo para atender seus próprios interesses pessoais, conforme pode ser constatado, por exemplo, na coluna de Rafael Corrêa de Oliveira na edição de 20 de setembro de 1955 do periódico, que, além de continuar depreciando Vargas após sua morte, acusa Jango de anular o

programa financeiro dos srs. Osvaldo Aranha e Souza Dantas em benefício de sindicatos de classe.

(...) o sr. Getúlio Vargas sentiu que somente a demagogia, através de medidas perigosas e favores pessoais indefensáveis – o apelo a popularidade por todos os meios, inclusive a corrupção sem limites – que lhe traria a força da resistência necessária para firmar-se no governo. Era política cujas facilidades e transigências sacrificavam a administração pública - e disso foi exemplo marcante a declaração intempestiva do salário mínimo que anulou o programa financeiro dos srs. Osvaldo Aranha e Souza Dantas em benefício das manobras de Jango Goulart nos sindicatos de classe (O Golpe dos demagogos e negociastas. In: O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/09/1955 p. 3).

DISCUSSÃO/CONCLUSÃO

É notório, através da pesquisa e análise da fonte, que o jornal utilizou de representações negativas como formas de apresentar o mandato e a personalidade de Getúlio Vargas. Palavras como “ex-ditador”, “caudilho gaúcho”, “demagogo”, “manipulador” e até mesmo “comunista” serviram como predicativos, adjetivos e substitutivos a Getúlio Vargas no conteúdo das matérias. Além disso, Vargas foi diretamente definido como alguém que orquestrava desordens, buscava o atendimento de interesses pessoais a qualquer custo, ferindo até mesmo a Constituição Federal e os valores democráticos, e almejava a implementação de um regime sindicalista, em que teria monopólio do poder, como aconteceu no Estado Novo em 1937.

Logo, conclui-se que o Estado de São Paulo visou gerar instabilidades no regime, pondo em prova a capacidade do Governo - e do próprio Presidente - em gerir o País para a conquista do progresso e para o atendimento das demandas liberais. O ESP, portanto, assim como a Grande Imprensa do período, enquadram-se como agentes históricos, estando inseridos em redes de poder e de sociabilidades (NEVES; MOREL; e FERREIRA, 2006). Essas organizações também se comportavam como “imprensa-empresa” que visavam não somente angariar diferentes tipos de consumidores, receber patrocínios e financiamentos, profissionalizar suas equipes, eliminar custos e sobreviver no sistema capitalista, mas também objetivavam interferir na vida política e na modelagem da consciência social de segmentos significativos da sociedade brasileira, por meio de ações, reformulações e de acomodações (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 22) e da construção de representações sobre determinadas figuras políticas e suas ações.

FONTE DE PESQUISA:

O ESTADO DE SÃO PAULO. Números dos anos 1950-1955. In Acervo do ESP. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina#!/19510708-23359-nac-0007-999-7-not>> Acesso em: de 15 de dezembro de 2018 a novembro de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alzira Alves. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In GOMES, Angela de Castro (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ABREU, Marcelo dos Santos. “Luto e culto cívico dos mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932.” In: Revista Brasileira de História, vol. 31, nº 61, jun. 2011, pp. 105 – 123. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/263/26319123006.pdf>> Acesso em 10 de dezembro de 2019.

ARAÚJO, André. A campanha de imprensa que levou Getúlio ao suicídio. In Jornal CGN. 23/04/2017. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/fora-pauta/a-campanha-de-imprensa-que-levou-getulio-ao-suicidio-por-andre-araujo>> Acesso em 02 de novembro de 2019.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 349 – 363.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. PRADO, Maria Lígia. O bravo matutino – imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CHARTIER, Robert. História Cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. O Segundo Governo Vargas (1951 – 1954): Democracia, Partidos e Crise Política. São Paulo, Ática, 1992.

FGV/CPEDOC. CPI da Última Hora. (s.d). In: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/CPIUltimaHora>> Acesso em 12 de novembro de 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995, p. 24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso em 02 de novembro de 2019.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. “Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da *Última Hora*”. In. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.31, 2008, pp. 1 – 22

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006.

PACHECO, Alexandre. “As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu”. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0051.pdf>> Acesso em 02 de novembro de 2019.

REMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1997

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 31, 2003, pp. 147–160<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>> Acesso em 02 de novembro de 2019

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A década das grandes mudanças. In: Observatório da Imprensa. ed. 438, 2007. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/a-decada-das-grandes-mudancas/>> Acesso em 02 de novembro de 2019.

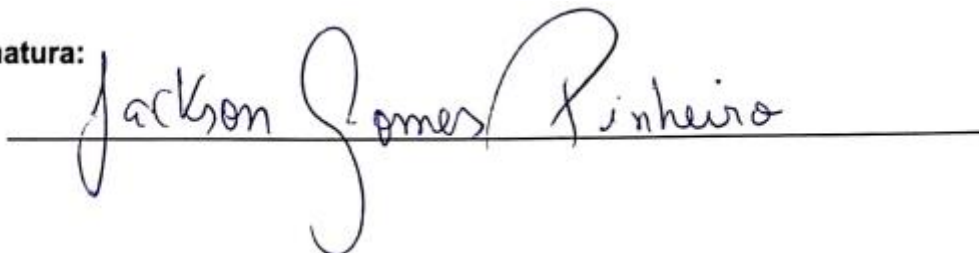
SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Mauad, 1994.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Jackson Gomes Pinheiro, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “MÍDIA PAULISTA E POLÍTICA: COBERTURA DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO A ACONTECIMENTOS MARCANTES DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS” foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 25 de novembro de 2019

Assinatura:

A handwritten signature in black ink that reads "Jackson Gomes Pinheiro". The signature is written in a cursive style and is positioned above a solid horizontal line that spans the width of the signature.